

CABO ELEITORAL É ASSASSINADO

Uma briga entre cabos eleitorais no distrito de Itaperuçu, no município de Rio Branco do Sul, região metropolitana de Curitiba (PR), na noite de sábado, provocou a morte do serralheiro Josmar Ezequiel Joekel, de 30 anos. Segundo a polícia, ele foi morto por uma pessoa conhecida como "Aceso", que também saiu ferida. Joekel teria se desentendido com cabos eleitorais que distribuíam senhas para recebimento de cestas básicas. Ele foi morto com seis tiros de revólver.



Economia - Brasil

GOVERNO CONTROLOU A INFLAÇÃO. MAS NÃO AVANÇOU NOS AJUSTES ESTRUTURAIS

A RECESSÃO ANUNCIADA

Robyn Beck/France Presse



Produtos encalhados em loja chinesa: os países asiáticos, considerados exemplos de um capitalismo moderno, entraram em colapso e crise agora ameaça o Brasil

1995

O México sofre com uma grande fuga de capitais, basicamente norte-americanos, investidos em seu mercado. O presidente Bill Clinton age rapidamente e despeja US\$ 50 bilhões no país. Parecia uma crise isolada, mas o Brasil foi obrigado a elevar juros para se proteger. Conseguiu evitar o contágio. A Argentina não fez o dever de casa. Sua recessão foi mais forte.

1997

Os países asiáticos, até então considerados exemplos de um capitalismo moderno e extremamente dinâmico, entram em crise. Nenhum deles tinha déficits significativos. A demanda caiu, os preços desabaram. Os bancos começaram a quebrar, um atrás do outro, e as moedas foram desvalorizadas. Até agora a crise não foi dominada. O Fundo Monetário Internacional (FMI) colocou US\$ 50 bilhões na Coréia do Sul e na Indonésia. No Japão, depois de uma sucessão de maus negócios imobiliários, os bancos começam a mostrar enorme fragilidade.

Grandes empresas estão anuncianto falências e os bancos estão tentando montar fusões e parcerias. O consumo está em queda.

1998

A Rússia, país que, recém-saído do regime comunista ainda não se adaptou às regras do capitalismo, não consegue honrar o pagamento dos títulos. E declara uma surpreendente moratória unilateral — deixa de pagar suas dívidas com investidores internacionais. O sistema entra em crise de confiança. Cai o primeiro-ministro. O novo governo ameaça nacionalizar os bancos. Os investidores de todo o mundo começam a retirar o dinheiro colocado nos países emergentes.

1999

A América Latina passa a ser a bala da vez da crise. O Brasil representa praticamente a metade, em termos econômicos, da atividade na região. É o país mais atacado por estar com a moeda sobrevalorizada e possuir déficit fiscal e na balança de pagamentos. O Banco Central eleva os juros ao patamar de 50% ao ano, mas o capital continua a sair. Em dois meses, o país perde mais de US\$ 30 bilhões. Os preços estão em queda. Nos últimos três meses houve deflação. O desemprego chega a 8% da população economicamente ativa.

TEMPO DE CRIATIVIDADE

Aconteceu mais. Naquela época, havia as contas ao portador. O titular não precisava aparecer. E muita gente, que não queria revelar ganhos não declarados ao imposto de renda, teve seu dinheiro bloqueado e não apareceu para receber, mesmo quinze meses depois. Se recebesse terminaria tendo que prestar contas à Receita Federal, o que tornaria a operação muito mais cara e aborrecida. A melhor solução foi esquecer o dinheiro. Até hoje existem contas cujos titulares não apareceram para receber o que lhes é devido.

Crise é, também, um momento de mudança e criatividade. No Brasil estamos todos acostumados à instabilidade. Essa é a característica nacional desde que os economistas formados

Há crises e crises. Cada um vive a sua. Há quem ganhe, há quem perca. Um amigo meu — que não quer se identificar — estava resolvido a construir sua casa na praia. Tinha um bom lote, à beira-mar, plantado. E no começo de 1990, pouco antes da posse de Fernando Collor, decidiu iniciar a obra. Precavido, no entanto, desconfiou de Zélia Cardoso de Mello, então poderosa gestora das finanças nacionais, retirou tudo que tinha do banco, comprou dólares e enfiou o saco de dinheiro debaixo da cama. Sua mulher, que por coincidência estava brigando com outro banco, recebeu o salário e também zerou sua conta.

No dia 15 de março de 1990, quando o novo governo decretou feriado bancário e informou à população que cada brasileiro dispunha apenas de 50 mil cruzeiros para todas as suas despesas, aquele cidadão começou a construir sua casa. Ninguém tinha dinheiro para nada. Ele tinha mais do que dinheiro, tinha dólares em espécie. A mulher garantiu o sustento da casa até o próximo salário. Por causa disso, o cidadão beneficiou-se largamente da crise provocada por Zélia e seus meninos. Um deles era Antonio Kandir, o mentor do confisco.

A casa está lá, à beira mar, frente para o nascente. O amigo ri muito das maquinações diabólicas dos economistas do governo. Mas é agradecido. Sua obra ficou quase 40% mais barata por causa do confisco promovido por Collor. Ele teve enormes ganhos provocados pelo plano Zélia. Este é um exemplo de pessoa que ganhou com a crise. Mas, a maioria dos brasileiros perdeu muito. Houve quem, no sentido contrário daquele exemplo, havia vendido um imóvel na véspera e colocado o dinheiro na poupança. Só foi receber seu dinheiro quinze meses depois.

É um conhecimento, digamos, pragmático. Mas, de um dia para o outro, o Brasil deixou de ser o país exótico do samba, do carnaval, das mulheres nuas, dos menores abandonados e da polícia violenta. Acontece que dentre as 500 maiores em-

Ivaldo Cavalcanti 28.3.90



Zélia Cardoso e Antonio Kandir confiscaram a poupança em 1990

nas melhores universidades norte-americanas transformaram o país no laboratório de suas teses acadêmicas. Foi assim com o Plano Cruzado, está sendo assim com o Plano Real. Todos sabem, no fundo, lá no íntimo, que um dia a casa pode cair. É fundamental se proteger. Criar mecanismos imaginativos para driblar a recessão. Ou reduzir seus efeitos. É isso que os economistas chamam de cultura inflacionária. Do lado de cá do balcão é diferente. Essa atitude é vista como uma espécie de manual básico do cidadão para se defender do governo. Qualquer gerente de banco ensina as regras de sobrevivência nesta selva.

O presidente Fernando Henrique Cardoso vai precisar utilizar seu poder de sedução para não mergulhar o país na depressão psicológica. Na Coréia do Sul, a polícia tomou uma medida heterodoxa para lidar com o problema dos desempregados que ameaçam se suicidar. Passou graxa nas principais pontes metálicas de Seul para evitar que as pessoas tenham firmes pontos de apoio e se joguem para a morte. Aqui, ninguém — espera-se — precisará chegar a tanto. Há pontos extremamente positivos nesta crise. Por exemplo: o Brasil passou a ser conhecido nos Estados Unidos.

É um conhecimento, digamos, pragmático. Mas, de um dia para o outro, o Brasil deixou de ser o país exótico do samba, do carnaval, das mulheres nuas, dos menores abandonados e da polícia violenta. Acontece que dentre as 500 maiores em-

IMITANDO CABRAL

E estão aprendendo coisas muito interessantes. Exemplo: a economia brasileira é o dobro da mexicana. E também o dobro da Rússia, onde estão investidos US\$ 7 bilhões de capitais norte-americanos. Aqui, a soma vai a US\$ 24 bilhões. Perder aqui é perder mais que no México e na Rússia juntos. "A política norte-americana na América Latina foi muito concentrada no México depois da Segunda Guerra Mundial que significou a exclusão do resto do hemisfério" diz Peter Smith, diretor do Centro de Estudos Ibéricos e Latino-americanos da Universidade da Califórnia, em San Diego. "Isso precisa mudar. É muito importante estudar os assuntos latino-americanos e em especial o Brasil, que tem enorme importância na região", completa.

Os analistas norte-americanos descobriram que o Brasil recebeu, nos últimos quatro anos, US\$ 40 bilhões em investimentos de longo prazo. Só perdeu para a China nesse quesito. Em pouco tempo, o país será o quinto maior produtor de automóveis do mundo.

E frequenta a lista das 10 maiores economias do planeta, à frente de Canadá, Coréia, Austrália, entre outros. Rivaliza com potências como Inglaterra e Itália. Enfim, a economia brasileira, que possui tantas e tão tradicionais ligações com o mercado dos Estados Unidos, não pode querer.

E se o fizer vai provocar um sério problema no mercado interno do grande irmão do Norte. Afinal, passamos a ser importantes. Não é por acaso que o presidente Bill Clinton e Alan Greenspan, o poderoso gerente geral do Federal Reserve — o Banco

Central americano —, além das principais autoridades financeiras do mundo, subitamente fizeram como Pedro Álvares Cabral: descobriram o Brasil.

Central americano —, além das principais autoridades financeiras do mundo, subitamente fizeram como Pedro Álvares Cabral: descobriram o Brasil.

PROBLEMAS REAIS

Nada disso, no entanto, esconde os problemas. O governo brasileiro teve o mérito de produzir um programa de estabilização que aumentou o poder de compra da população e acabou com a inflação. Não fez, contudo, os ajustes estruturais e deixou de facilitar as exportações. Além disso, a política de juros elevados por longo tempo ocasionou uma série de distorções e aumentou muito a dívida interna. Cada economista tem uma solução para a questão. Neste momento de crise mundial os problemas brasileiros se tornaram manchetes nos jornais de todo o mundo. Afinal com peso específico elevado — a expressão é dos diplomatas brasileiros — se o Brasil cair, vai machucar muita gente.

Há acordo em que os principais problemas nacionais são os seguintes:

■ Redução do déficit: qualquer dona de casa sabe que não pode gastar mais do que recebe. Se admitir este déficit, vai ter que arranjar mais dinheiro para cobrir o rombo. Se se endividar, terá que trabalhar mais para pagar aos bancos os juros cobrados. Enfim, é bom trabalhar dentro do orçamento. O Brasil tem um déficit estrutural. Gasta mais do que arrecada. Só existem duas saídas. Ou arrecada mais — aumenta impostos — ou gasta menos. Há uma terceira via: fazer as duas coisas ao mesmo tempo.

■ Consequências: aumentar impostos é coisa complicada. O Brasil tem a maior carga tributária do mundo. Se os impostos forem elevados, mais gente deixará de pagar. E hoje poucos pagam muito e muitos pagam pouco. É mais inteligente distribuir melhor a atual carga para que mais gente contribua. Quanto mais elevada for a carga tributária, mais as empresas vão sofrer. O mercado informal aumenta. E o desemprego se eleva.

■ Reduzir gastos: cortar despesas qualquer um faz. Essa é a atividade sonhada pelos burocratas da área financeira. Cortar, cortar e cortar. Escolas fecham, hospitais deixam de atender os doentes, a recessão aumenta e o povo sofre de maneira generalizada. Obras são adiadas. O governo Fernando Henrique terá que cortar despesas. A ciência não está no corte, mas como efetuá-lo para que a população sofra menos.

■ Problema oculto: as recentes classificações do Brasil, realizadas por agências internacionais especializadas em calcular o risco do investidor em determinados países, dizem respeito ao endividamento dos estados e dos municípios. Governadores e prefeitos têm a faculdade constitucional de emitir títulos. Os governadores dispõem ainda dos bancos estaduais, que são sacos sem fundos. Eles são autônomos para agir. Não há controle federal.

■ Segundo problema oculto: a Constituição de 1988 permitiu que estados e municípios criassem seus próprios serviços de previdência. Todos os estados mantêm seus sistemas de previdência. Há 1.400 municípios com sistemas próprios de previdência. Até 1997, os dois sistemas acumularam um déficit de R\$ 15 bilhões — 12,6 bi nos estados e 2,4 bi nos municípios. As verbas para cobrir o déficit estão sendo retiradas de áreas prioritárias como saúde e educação. Essa montanha de dinheiro vai terminar como encargo da União.

■ Estabilidade do real: a manutenção da estabilidade da moeda é a cláusula pétrea da área econômica. Por errar ou por excesso de zelo, a moeda que sucedeu à Unidade Referencial de Valor (URV) — o real — surgiu muito valorizada. No primeiro dia ela era mais forte que o dólar. Moeda forte facilita a importação. Dificulta a exportação. Desde 1994, o Brasil vem acumulando déficits na sua balança comercial. Compra do exterior mais do que vende. Esse é o problema. O governo não quer desvalorizar porque a medida provoca o retorno da inflação. Mas sem desvalorizar não reverte o quadro da balança comercial. Essa equação terá que ser resolvida pela equipe econômica.

■ Reforma da previdência: a emenda constitucional que reforma o sistema previdenciário brasileiro está tramitando desde o início do governo Fernando Henrique. Já foi aprovada duas vezes no Senado, uma na Câmara e agora está em fase final do segundo turno na mesma casa. Faltam apenas dois destaques para serem votados. Aparentemente, é fácil votá-los e aprovar. O problema é que a emenda foi tão modificada que já não é a ideal. O déficit da previdência social no Brasil é estimado em R\$ 7 bilhões para este ano.

■ Reforma tributária: esse é um assunto curioso. Todo mundo é a favor da reforma tributária, mas cada categoria envolvida no debate tem uma ideia própria do que deve ser feito. Não há consenso dentro do Executivo, nem no Legislativo. O governo federal quer receber mais impostos, repassar menos para estados e municípios. Ao mesmo tempo, quer atribuir às unidades da federação mais despesas. Na base, o pensamento é exatamente o inverso. Até agora não há uma ideia dominante que oriente os trabalhos. Esse é um debate difícil. Mesmo depois de aprovada, a legislação originária da reforma só entrará em vigor no ano seguinte. Se tudo correr bem, somente no ano 2.000 os novos impostos começarão a ser cobrados.

■ O novo Congresso: o Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc) projetou uma renovação na Câmara dos Deputados entre 40 e 45%. A coligação PFL, PMDB, PSDB, PPB e PTB deverá eleger cerca de 400 deputados, o que faria 78% do plenário e entregaria ao presidente da República 92 votos a mais que os 308 necessários para aprovar uma emenda constitucional. Terá que montar um ministério à imagem e semelhança do parlamento, atribuindo maior representatividade às bancadas mais numerosas. Os parlamentares atuais, em final de mandato — derrotados ou não — poderão merecer alguma atenção apenas na votação da reforma da previdência e do orçamento da União. Não há tempo para apresentação de novas emendas constitucionais para serem apreciadas nesta legislatura. No Senado estão em disputa apenas 27 das 81 cadeiras. As 54 restantes serão renovadas na eleição de 2002. A coligação que apóia o governo deverá fazer a maioria, entre 67 e 69 senadores.